

GERALDO COSTA DA CAMINO

A INVESTIDURA NO TRIBUNAL DE CONTAS

Prefácio

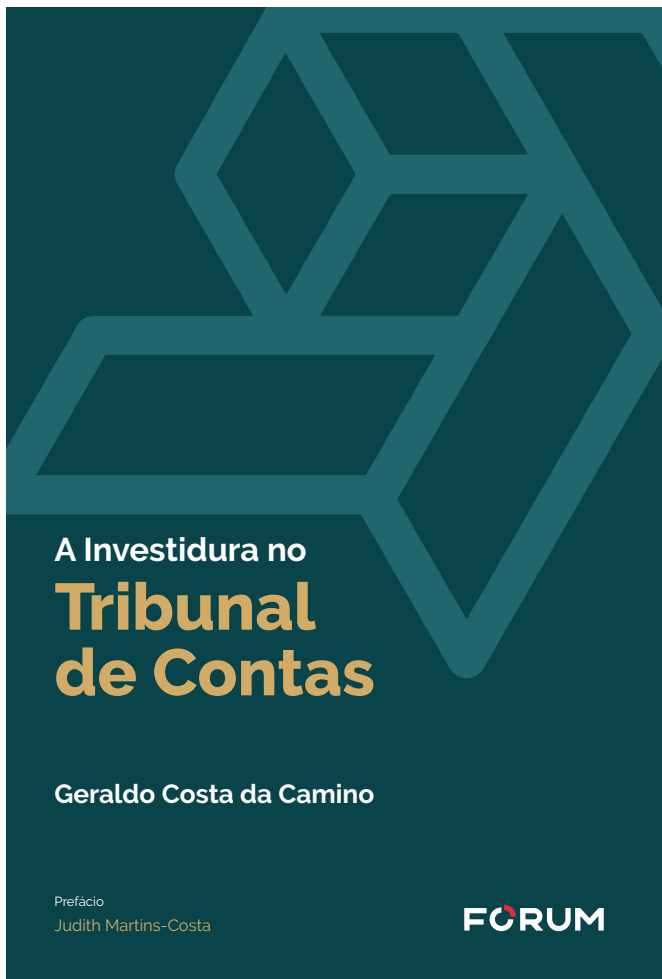
Judith Martins-Costa

Área específica
DIREITO FINANCEIRO.

Áreas afins
DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO
ADMINISTRATIVO, DIREITO PÚBLICO.

Público-alvo/consumidores
ADVOGADOS
AGENTES PÚBLICOS
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM DIREITO E CIÊNCIAS POLÍTICAS.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001822



Este livro, que nasceu da dissertação de Mestrado em Direito do autor na UFRGS, conjugada com sua vivência na temática, como Procurador do Ministério Público junto ao TCE-RS, estuda o procedimento de investidura dos membros dos tribunais de contas brasileiros. Após abordar a evolução do órgão de controle externo da Administração Pública, define sua natureza jurídica, elenca suas competências e analisa os requisitos constitucionais para provimento dos cargos de Ministro e Conselheiro. Descrevendo os tipos de controle incidental da observância de tais exigências, relaciona o seu cumprimento com o “princípio sensível” constitucional da prestação de contas e conclui demonstrando a possibilidade de controle abstrato das investiduras através da arguição de descumprimento de preceito fundamental, além de propor alterações normativas quanto aos respectivos procedimentos.

C183i Da Camino, Geraldo Costa

A investidura no Tribunal de Contas / Geraldo Costa da Camino.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

189p.; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-85-450-0757-9

1. Direito Financeiro. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Administrativo. I. Título.

CDD 341.38

CDU 347.73

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DA CAMINO, Geraldo Costa. *A investidura no Tribunal de Contas*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 189p. ISBN 978-85-450-0757-9.

Geraldo Costa da Camino

Doutorando em Direito na UFRGS e na *Università degli Studi di Firenze* (IT), em regime de cotutela de tese. Mestre e bacharel em Direito pela UFRGS. Extensão em Investigação Econômica e Financeira pela *École Nationale de la Magistrature* (FR). Ex-Professor substituto de Direito Financeiro na UFRGS. Ex-Procurador Federal no INSS. Ex-Analista de Sistemas do SERPRO. Procurador do Ministério Público junto ao TCE-RS.

PREFÁCIO.....	17
CAPÍTULO 1	
Introdução.....	23
CAPÍTULO 2	
Tribunal de Contas.....	27
2.1 Natureza jurídica	27
2.1.1 Função de controle	32
2.1.2 Conceito e classificações do controle.....	36
2.1.3 Posição do Tribunal de Contas frente aos poderes.....	41
2.2 Competências constitucionais	44
2.2.1 Modalidades da fiscalização.....	44
2.2.1.1 Fiscalização contábil.....	47
2.2.1.2 Fiscalização financeira	48
2.2.1.3 Fiscalização orçamentária.....	49
2.2.1.4 Fiscalização operacional.....	50
2.2.1.5 Fiscalização patrimonial.....	50
2.2.2 Aspectos da fiscalização	51
2.2.2.1 Legalidade	51
2.2.2.2 Legitimidade	52
2.2.2.3 Economicidade.....	54
2.3 Conteúdo e eficácia das decisões	54
2.3.1 Julgamento das contas	55
2.3.2 Aplicação de multa.....	57
2.3.3 Imputação de débito	57
2.3.4 Eficácia dos julgados.....	58
2.3.5 Medidas cautelares e negativa de executoriedade de norma.....	59
2.3.5.1 Poder geral de cautela.....	59
2.3.5.2 Apreciação de constitucionalidade de normas e atos.....	62
2.3.6 Revisibilidade judicial	64
CAPÍTULO 3	
Paradigmas da investidura	71
3.1 No direito comparado.....	71
3.1.1 Portugal.....	71
3.1.2 Espanha.....	73
3.1.3 França	74
3.1.4 Itália	74
3.1.5 Bélgica.....	76
3.2 Nos antigos ordenamentos constitucionais brasileiros	77
3.2.1 A Carta da República Velha (1891).....	77
3.2.2 A breve Constituição de 1934	78
3.2.3 A Constituição “polaca” do Estado Novo (1937).....	78
3.2.4 A Carta liberal do pós-guerra (1946)	79
3.2.5 O Diploma Fundamental do regime militar (1967).....	79
3.2.6 A Constituição de 1967 reescrita pela Emenda nº 1/69.....	80
3.3 Na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88	80
3.3.1 Anteprojeto constitucional.....	80
3.3.2 Substitutivos.....	81
3.4 Na atual Constituição (1988).....	82

3.4.1	Idoneidade moral e reputação ilibada.....	82
3.4.2	Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública	87
3.4.2.1	Notoriedade e notabilidade	87
3.4.2.2	Cumulatividade e alternatividade.....	90
3.4.3	Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados	100
3.5	Critérios de escolha	101
3.5.1	Pelo chefe do Poder Executivo	101
3.5.1.1	Livre escolha.....	101
3.5.1.2	Escolha vinculada.....	101
3.5.1.2.1	Audidores	102
3.5.1.2.2	Membros do MPC	102
3.5.2	Pelo Poder Legislativo	106

CAPÍTULO 4

	Controles da investidura.....	109
4.1	Controle preventivo	118
4.1.1	Editais de vacância e chamamento	118
4.1.1.1	Piauí.....	119
4.1.1.2	Alagoas.....	120
4.1.2	Regulamentos.....	120
4.1.2.1	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.....	121
4.1.2.2	Rio de Janeiro – Regimento Interno da Assembleia Legislativa	121
4.1.2.3	Câmara dos Deputados. PEC nº 329/2013	122
4.1.2.4	Senado Federal. Projeto de Resolução nº 44, de 2007.....	123
4.1.2.5	Câmara dos Deputados. Proposta de Decreto Legislativo nº 1580, de 2014	124
4.1.2.6	Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Projeto de Resolução nº 22, de 2009.....	125
4.1.2.7	Mato Grosso. Assembleia Legislativa. Projeto de Resolução nº 120/2015	127
4.2	Controle repressivo	128
4.2.1	Intraprocedimental	128
4.2.1.1	Impugnações	128
4.2.1.2	Manifestações do MPC	128
4.2.1.2.1	Rio Grande do Sul. Representação contra posse de conselheiro.....	129
4.2.1.2.2	Espírito Santo. Parecer em processo de admissão de conselheiro	129
4.2.2	Extraprocedimental.....	131
4.2.2.1	Ação Civil Pública (ACP)	131
4.2.2.1.1	Amapá	131
4.2.2.1.2	Rio Grande do Norte.....	132
4.2.2.1.3	Rio de Janeiro	133
4.2.2.2	Ação Popular (AP).....	133
4.2.2.2.1	TCU.....	134
4.2.2.2.2	Distrito Federal	135
4.2.2.2.3	Santa Catarina	136
4.2.2.2.4	Espírito Santo	137
4.2.2.2.5	Alagoas.....	138
4.2.2.3	Reclamação	139
4.3	Preventivo-repressivo	140
4.3.1	Inefetividade do controle	140
4.3.1.1	Princípio da impessoalidade.....	143
4.3.1.2	Princípio da eficiência	144
4.3.2	Princípio sensível e inconstitucionalidade	147
4.3.2.1	Dever de prestar contas	147

4.3.2.2	Estado de coisas inconstitucional.....	148
4.3.3	Descumprimento de preceito fundamental.....	151
CAPÍTULO 5		
	Considerações finais	165
	Referências	171